

Para empresários, exigência em demasia

O regulamento para conversão de dívida em investimento, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, tem muita burocracia e exigências exageradas. As possibilidades de que a proposta brasileira consiga atrair os investidores estrangeiros são bastante reduzidas, pelo menos enquanto permanecer o quadro de incertezas na área política e econômica.

Essas, de modo geral, foram as opiniões manifestadas ontem por Roberto Teixeira da Costa, presidente da Brasilpar; pelo advogado Durval Noronha, consultor de várias empresas estrangeiras; e por José Carlos Moraes de Abreu, presidente do Banco Itaú.

Para Moraes de Abreu a aplicação dos recursos provenientes da conversão foi demasiadamente regulamentada e pode não estimular os investidores. Esse regulamento, associado à situação indefinida na área política e econômica, deverá manter os credores numa posição de espera, por uma melhor definição do risco brasileiro.

Para Noronha, esse é um projeto excessivamente burocrático que ma-

nifesta o arbítrio brasileiro e, em função do grande número de entidades governamentais envolvidas no processo de aprovação dos investimentos, abrirá espaço para o clientelismo. Essas repartições públicas — acrescenta — são dirigidas por pessoas escolhidas politicamente que dificilmente terão condições de agir de maneira técnica na análise dos projetos.

"Esse trabalho — assinala Noronha — não contribui em nada para melhorar a imagem da administração pública no Exterior, não fortalece a credibilidade do Brasil e apenas mostra o caos em que estamos." Para que os investidores possam planejar a longo prazo, o projeto deveria definir o volume de recursos a ser convertido por ano, estabelecer condições claras e confiáveis para a remessa de lucros e dividendos, e não tentar transferir para o Brasil parte do deságio que incide hoje sobre os créditos brasileiros.

Roberto Teixeira da Costa também não vê no projeto estímulos suficientes para atrair os investidores.